

A SEGURANÇA DO OCIDENTE

ADRIANO MOREIRA

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

Presidente do Conselho Geral

da Universidade Técnica de Lisboa

1 – O Congresso que vai ocupar-se da Defesa e Segurança, com a representação do Presidente da República nesta sessão inaugural, aconselha a lidar com a noção e, se possível, com a realidade do Ocidente, um conceito que voltou à inquietação estratégica depois da queda do Muro de Berlim em 1989. Sobretudo depois da guerra de 1914-1918, que foi causada pelos demónios internos europeus e não por qualquer ameaça exterior, a inclusão dos EUA na definição do conflito levou a vulgarizar a expressão Ocidente para referir o todo humano e geográfico envolvido na defesa de valores, interesses, e princípios, que apenas rivalidades internas punham em causa. A guerra fria, que se esmerou numa política de metades – duas cidades de Berlim, duas Alemanhas, duas Europas –, usando o método noutros lugares do planeta, não se caracterizou tanto pelos regimes políticos envolvidos entre os adversários, mas pelo interesse global da área. Para além das exigências dos factos, dos interesses, e objectivos estratégicos, os ocidentais eram, por definição ideológica, os partidários da liberdade, a que mais tarde a liderança americana chamaria fim da história. O

fim da guerra fria, resultado da implosão da URSS, deixou pendente um problema inquietante que é o de saber se finalmente a Rússia vai ser integrada no conceito activo do Ocidente, ou se vai ser apenas, na melhor perspectiva, uma fronteira amiga. Um conceito que orientará para obter mais aderentes, sobretudo tendo em vista que o *resto do mundo* tende para considerar os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos. É corrente, e tem parecido útil a alguns governos, considerar que as guerras do Iraque e do Afeganistão são guerras ocidentais, quando seria preferível, para ultrapassar erros e debilidades, que o fossem apenas, e se justificadas sem dúvidas graves, como exercidas no exercício do direito-dever de intervenção da ONU. Os factos não estão a evoluir formalmente nesse sentido, a capacidade, do principal interessado, que são os EUA, está ameaçada de um final que não favorece a autoridade, moral e militar, dos ocidentais, e as divisões passadas dentro da NATO, da União Europeia, e das opiniões públicas que exigem esclarecimentos das causas e das sequelas, não facilitam melhorar finalmente a crise em que a ordem mundial se encontra. É por isso que intervenções como a de Sarkozy, feita em 11 de Março de 2009 em Paris, aponta para uma mudança de estratégia que não pode deixar de ser meditada. Disse ele: “os nossos amigos, e os nossos aliados, é em primeiro lugar a família ocidental. A nossa Aliança não é um Albergue: entrar, implica participar nos mesmos valores...”. Que a segurança é

o anunciado valor principal, parece evidente; definir os interesses, vai, como sempre, exigir condescendências; ter uma noção partilhada e clara está longe no tempo. Sobretudo porque não estão ainda eliminadas as convicções de que as grandezas do passado imperial resistiram à guerra, e que, designadamente, a detenção do direito de veto no Conselho de Segurança corresponde a uma real detenção de capacidade, não apenas militar, também económica e cultural, para o merecer e ser útil. Começa a ser fatigante que a literatura sobre os poderes emergentes cresça, à medida que a vontade de lhes dar resposta positiva continua substituída pela retórica da diplomacia mais referenciada ao passado do que ao futuro. A própria Europa, que apenas colocará em risco a própria consistência se não actualizar a urgência do regionalismo mundial, precisa de meditar sobre a actualidade com que decide sobre a hierarquia das potências europeias, e a tentação do directório interior. É certamente impossível ter um conceito pacífico sobre a futura estrutura institucional. Mas também é impossível continuar a dar sentido mundial às intenções individualizadas das potências europeias que perderam a função do passado, e estão chamadas a reconhecer um presente com futuro comum a consolidar.

2 – O anúncio habitual, no fim de todas as guerras, sobretudo mundiais, é que a paz será a garantia de que o desastre não voltará a repetir-se. A Guerra Mundial

de 1939-1945 não foi excepção, e a criação da ONU foi anunciada com esse objectivo.

Infelizmente, na estrutura da organização ficou instalado, ao lado dessa referência ao legado humanista ocidental, com sede na Assembleia Geral, a referência ao legado maquiavélico, segundo o qual quem tem força joga-a, com sede no Conselho de Segurança, e direito de veto reservado a cinco potências: Estados Unidos da América, URSS, Inglaterra, França, e China.

De facto apenas os EUA e a URSS podiam confiar na capacidade inerente à adjectivação, e o resultado foi que, rapidamente, a ordem legal da ONU foi substituída pela Ordem dos Pactos Militares – NATO e VARSÓVIA –, a qual vigorou durante meio século de guerra fria, até à queda do Muro de Berlim em 1989. A paz conseguida, no espaço que os maoistas chamaram Cidade Planetária do norte do mundo, foi a da ameaça de mútua destruição assegurada, mas pelas margens da fronteira dos Pactos desenvolveram-se tremendas guerras, designadamente na Coreia, no Vietname, e muito intensamente na África, sempre expressão da luta pela hegemonia entre os dois blocos, de regra por entreposta entidade, com uma inevitável teoria de genocídios, crimes de guerra, e crimes contra a Humanidade.

A queda do Muro de Berlim em 1989 induziu potências ocidentais a imaginar que podiam proclamar-se vencedoras da guerra fria, mas talvez seja mais rigorosa a leitura que atribui o facto à espécie de fadiga dos metais em que se traduz o processo degenerativo dos impérios, aqui o da URSS.

No espaço ocidental, a sobrevivência do conceito renascentista da soberania animou o unilateralismo da administração republicana dos EUA, com os desastres conhecidos, e a meditação teórica repartiu-se naquela país por duas tendências: uma, tributária de Fukuyama, anunciou o fim da história, com o sentido de que apenas sobrevivia uma proposta de governação mundial, a democracia de modelo americano, a Declaração de Direitos do Homem de matriz americana, a liberdade económica do mercado de opção americana; outra, tributária do recentemente falecido Huntington, apontou para o conflito das civilizações, talvez por ter presente a mudança de sinal da Assembleia Geral da ONU resultante das autodeterminações.

Os factos, entre os quais avulta o agravamento do terrorismo global, se não foram cabalmente alinhando a favor desta última tese, foram desmentindo a tese do fim da história, e até apontando para conceitos que a paz da II Guerra

Mundial parecia ter definitivamente afastado: a tese de fim da história recordava a perspectiva colonialista ocidental de tratar as restantes áreas culturais como a *cera mole* que poderia ser moldada pelos valores e práticas da hegemonia colonizadora; por seu lado, a tese do conflito das civilizações, explicitada pelo último grande livro de Huntington (*Who are we?* – 2004), convidou a meditar sobre se a identidade americana estaria em perigo, vista a chegada das minorias ao poder, isto sem que tenha podido assistir ao triunfo de Obama.

O facto é que, depois da queda do Muro, continuam a multiplicar-se conflitos armados de consequências terríveis, lembrando a África a derivar para o conceito de África Útil, a intervenção no Iraque e no Afeganistão, o interminável conflito de Israel com a Palestina, a questão de Caxemira, o terrorismo global, o regresso da pirataria. E tudo agravado pela chamada de Deus ao campo de batalha, quando movimentos islâmicos incluem valores religiosos no seu conceito estratégico. Ocorre-me lembrar a batalha de Lepanto, como referência ao confronto brutal orientado por uma chamada contraditória de Deus ao campo de batalha, para meditar sobre as hipótese estratégicas do presente, sobre a ameaça do regresso de igual calamidade, tendo sobretudo em vista a relação de Portugal com a conjuntura.

A prospectiva estratégica, no que toca à segurança e defesa, com intervenção militar, talvez deva ser desenvolvida segundo duas perspectivas, que podem eventualmente coincidir activamente no tempo, mas que, mais previsivelmente, correspondem a definições diferentes das circunstâncias do Estado.

Uma das vertentes, mais ligada ao conceito e à realidade da soberania no sentido renascentista, implica a definição plausível de uma relação entre objectivos e capacidade, como foi a regra na época gloriosa da expansão marítima. O erro de avaliação tem custos severos, como nos aconteceu com o sonho africano de D. Sebastião, mas a intervenção corresponde a um voluntarismo animado pela convicção da capacidade, analisada em recursos humanos, financeiros, e técnicos, de impor a vontade.

Outra perspectiva, que talvez seja a que melhor corresponde à situação actual portuguesa, isto é, à circunstância mundial em que o país se insere, tem em vista a relação do espaço geográfico em que a Nação estaciona, com os desafios que a circunstância lhe dirige, e aos quais pode alternadamente responder com um simples *poder funcional* respeitado, ou com uma *submissão funcional* determinante de custos materiais, e, por vezes, irremediavelmente morais.

Se para a primeira das circunstâncias é exemplo a expansão marítima enquanto pôde ser sustentada, para a segunda também temos exemplos, alguns dolorosamente inscritos na história portuguesa.

3 – Para tornar curta uma história longa, a NATO sofreu vários desafios nascidos do processo de mudança da circunstância, entre eles os seguintes: a *europização da Defesa*, uma exigência que teve origem na exigência de distribuir equitativamente os encargos entre os EUA e a União Europeia; a alteração do conceito estratégico, que deixou de referir-se à linha de encontro dos dois Pactos Militares em confronto, para se terem em vista os interesses da NATO em qualquer ponto do mundo; a assunção da legitimidade própria para exercer o direito - dever de intervenção, com lamentável exercício no Kosovo; e sobretudo a deriva para o unilateralismo da administração republicana do Presidente Bush, que levou ao desastre do Iraque, ao agravamento do capital de queixas no Levante, e finalmente ao receio do regresso à *guerra fria* com o programado alargamento da NATO às áreas de influência da Rússia, com expressão na grave crise que explodiu no Cáucaso por causa do desmantelamento da Geórgia.

Tudo isto estando a Europa numa situação de carência de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra, de reserva estratégica alimentar, e também desenvolvendo uma política de alargamento sem estudos prévios de *governabilidade*, e de responsabilidade de segurança sem conceito prévio de *fronteiras amigas*. Uma referência que também faltou à NATO na tentativa de admitir antigos satélites sem prestar devida atenção aos interesses da Rússia.

Se acrescentarmos a terrível demonstração do ataque do *fraco ao forte* que o terrorismo global exerce, fazendo do Ocidente o alvo indiviso, por tudo temos de admitir que a histórica natureza exógena de Portugal se acentuou, porque não pode considerar-se alheio a nenhuma das mudanças da circunstância que se desenvolveu ao redor do Ocidente, da NATO, do Atlântico Norte e, acrescento, do Atlântico Sul.

Sobretudo nesta área, convirá não esquecer que o espaço da NATO foi limitado ao Atlântico Norte numa data em que o processo descolonizador ainda não provocara atenção à segurança do Atlântico Sul, porque a multiplicação de soberanias na costa africana não somara os seus interesses aos das soberanias do continente americano, estas nascidas de movimentos de europeus emigrados, e não de nativos. Nesta data, a segurança do Atlântico Sul exige uma definição

articulada com a do Atlântico Norte, onde se espera e vaticina que a moderação regresse ao impulso unilateralista dos EUA, pacificando as divergências que tal unilateralismo causou na União Europeia, permitindo olhar com determinação para a segurança do Mediterrâneo a que a França apela, e ter uma doutrina prudente de fronteiras amigas e governabilidade a leste.

A carência europeia que referi espelha-se com gravidade desigual pelos países da União, e Portugal não é um dos elos mais fortes do sistema. Mas acontece que, pela geografia, e pela definição dos interesses dos Estados e dos grandes espaços em que estão incluídos, Portugal está na articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, na articulação destas seguranças com a segurança do Mediterrâneo, titular da soberania, em redefinição geral, no território continental e nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, obrigado com os Estados de Língua Portuguesa na CPLP, que tem no Atlântico Sul uma importante e poderosa presença. Tendo presentes as debilidades do Estado Português, é necessário acrescentar o risco de a gestão dos recursos vivos da Zona Económica Exclusiva transitar para a Comissão Europeia.

Tudo ponderado, é certamente possível que uma atitude de desistência ou descaso leve a minimizar a narrativa de heróis do mar que marca a identidade portuguesa: mas o que não pode ser atenuado é o facto de o Mar vir ter com Portugal com exigências às quais ou teremos vontade e capacidade de responder com voz própria, ou a deriva para destinatários das decisões alheias, em que a nossa voz não será escutada, começará a desenhar-se no horizonte. É nestas horas de perplexidade nacional que o exemplo da Dinastia de Aviz e do Infante, o lema da Marinha que manda honrar a Pátria, a coragem em face de uma época de incerteza, o amor ao país e ao seu povo, servem de alicerce à vontade de colocar a inteligência e o saber ao serviço da invenção de novos futuros, informados de que nunca aconteceu tudo no passado, e que é na incerteza que avulta o exemplo de Bartolomeu Dias, um grande marinheiro que morreu tentando, e a cujo esforço o futuro deu razão. É certo que ninguém escolhe o povo e a terra onde lhe aconteceu nascer, e que partir é um direito de ir e andar pelo mundo. Mas a outra decisão, que é um acto de amor, é decidir ficar. Temos presente que no património imaterial da humanidade, parte é contribuição de Portugal: a concepção da vida privada, a distinção entre a sociedade civil e o poder político, a noção da função servidora do Estado em relação à comunidade, a declaração dos direitos do homem e da igual dignidade de todos e cada um sem diferenças de etnias ou religião, o direito internacional, as liberdades que

orientaram a aliança de 1939-1945, até a renúncia à hegemonia política mundial em favor da ordem pelo consentimento, que identificam a síntese ocidental, tem a parte com que contribuímos para o património imaterial da Humanidade. As percepções dos ocidentais como dominadores do resto do mundo, segundo a expressão que divulgaram, serviram mais de premissa para que a decadência do Ocidente fosse obra dos seus demónios interiores, do que a presença dominadora que levou o resto do mundo a considerá-los os grandes agressores dos tempos modernos, como Toynebee vaticinou. O futuro construído, grandemente diferente de todas as previsões, e o que os demónios interiores abalaram, conduz agora os ocidentais à condição de estarem obrigados a identificarem-se perante o mundo pelo património imaterial, a cuidarem da sua segurança sem falhas e não da sua agressividade sem limites, e finalmente a conseguirem colocar o diálogo no lugar do combate, o direito no lugar da força, e a ética na presidência da ordem mundial. Portugal estará no grupo dos que decidiram assumir a responsabilidade que lhe cabe nesse património.

Congresso Nacional de Segurança e Defesa

24/06/2010